TL 3778

Doc. VI

outubro 81

82 DISCURSO DO Dr. Almeida Santos na A.R.

~~ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA~~
~~GRUPO PARLAMENTAR DO~~
~~PARTIDO SOCIALISTA~~

~~INTERVENÇÃO DO DEPUTADO ALMEIDA SANTOS EM 12 DE OUTUBRO DE 1981~~

[O Sr. Almeida Santos (PS): — Sr.

~~SENHOR~~ PRESIDENTE e Srs.

~~SENHORES~~ DEPUTADOS:

CIDAC
Centro de Documentação

A sessão legislativa que hoje se inicia, começa da pior maneira: por uma proposta da actual maioria no sentido de que esta Assembleia trabalhe durante menos tempo, com menos intervenções, menos debates, menos publicidade, menos democracia.

[O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Muito bem!

310/h
8/
Isabel

[O orador: — Os critérios objectivos que agora regem o processamento do nosso trabalho são trocados pelo mais espesso subjectivismo burocrático, ou seja pela vontade da maioria.

Aos pequenos partidos é conferido, para intervenções, pouco mais do que o tempo proporcional ao seu tamanho. Não é ainda o silêncio; mas, casos haverá, em que pouco mais tempo lhes há-de caber - passe a caricatura - do que o necessário para um "Viva a República".

À UDP restará, em muitos casos, o recurso à eloquência do gesto. Imaginamos qual!

(Risos).

À publicidade das discussões no Plenário prefere-se claramente a privacidade do trabalho das Comissões.

Respostas do Governo, só de quinzena em quinzena. E contadas.

Intervenções políticas, chegam por metade.

Declarações de voto, por escrito: os que lêem são menos do que os que ouvem.

Formalismo do processo de revisão constitucional: Será o que a maioria entender que seja.

Mais facilidades para o Governo; mais dificuldades para os deputados.

Tudo isto e muito mais - à mistura com algumas inconstitucionalidades - a pretexto do esforço da eficiência do Parlamento. Outra é a verdade: o que se nos propõe representaria, se não ainda o cabo dos trabalhos, a quebra do seu rendimento.

Em resumo: um projecto de Regimento que, quando não corta direitos, limita o seu exercício. Denunciaremos isso durante o respectivo debate. Proporemos melhorias no sentido de se trabalhar mais tempo - de 2ª a 6ª feira - mais no Plenário, - consagrando a simultaneidade do trabalho do Plenário e das comissões. Isto é: melhor.

310/h
9
Isabel

Fica no ar esta pergunta: porque será que a AD, constituída por partidos que se dizem democráticos - sem que eu queira pôr em dúvida que o são - quando levanta um dedo é para guinar para a direita, para justificar essa dúvida?

E por falar em guinadas para a direita, temos aí o contraponto dos resultados de Loures. Quando os governos radicalizam à direita, a opinião pública, sobretudo a das massas trabalhadoras, radicaliza à esquerda. Foi a vitória da APU, mas foi também a derrota da política monetarista dos governos da AD, da subida do custo de vida, da indiferença perante o desemprego, do ataque sistemático aos direitos dos trabalhadores.

Protestos do PSD.

Essa, decerto, a razão por que os Partidos Comunistas escondem mal o facto de que preferem a direita aos socialistas no Governo e nas Autarquias.

A Sr.ª Alda Nogueira (PCP): — Essa é boa!

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Não é verdade!

~~O Orador:~~ — Assinalável foi, sem dúvida, o aumento da abstenção. Ex

.../...

pressão, ela também, de radicalização ao contrário?

Que o facto sirva de lição a todos os verdadeiros democratas, para que levem a sério os riscos tantas vezes denunciados pelo PS, do fomento da exploração de ideologias de ressentimento, de ataques aos partidos e à classe política, do relançamento de profetismos messiânicos e redentoristas, num país tão profundamente simples e bom que até é sebastianista e acredita em milagres.

31 c/1

(O Sr. Manuel Alegre (PS): — Muito bem!

10

Isabel

(O orador: — O PS, como partido democrático que é, assume a quebra verificada na sua percentagem eleitoral e vai tirar dela as devidas ilações. Bem assumidas, as derrotas são tónicas. De todo o modo: foi o pingo de chuva, não a tromba de água.

Estava o Governo não fazendo nada quando rebentou o síndroma de Timor.

Nada é, com efeito, visitar uma escola e dar dois beijos numa criança; prometer a regionalização para que o Presidente da República perca a primazia de defendê-la; garantir que o escudo não vai ser desvalorizado por grosso, mas a retalho; repor agora o poder de compra que as pensões sociais tinham há um ano atrás; recuar na promessa de subversão da legislação laboral; entender numa semana que os cubanos devem permanencer em Angola e na semana seguinte que devem sair dela; mandar a Nova Yorque, não se sabe com que sucesso ou que fracasso um batalhão de gestores bancários; fazer subir alguns preços; deflagrar algumas intrigas; discretear sobre o médio prazo quando as nossas aflicções são de hoje, depois de terem sido de ontem; deixar amornar o "dossier" da CEE; faltar ou chegar tarde às reuniões para a revisão da Constituição; escrever o Primeiro-Ministro ao segundo e seguintes uma carta para que combatam a corrupção, assim se certificando que ela existe, se insinuando que os Ministros a não combateriam sem essa oportuníssima advertência, e se deixando sob denso mistério a razão por que não fala o Primeiro-Ministro de viva voz com os demais ministros, designadamente nas reuniões do Conselho em que todos semanalmente se ~~juntam;~~ assentam:...

(O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Muito bem!

RADOR:... ; enfim cumprir promessas voltando a prometer; confundir governar com ser governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

310/1

11

Isabel

Eis senão quando surge a oportuníssima reportagem.

Conotados durante seis anos por certa imprensa, bem conhecida pelo seu "amor" à verdade, com as ambições expansionistas da União Soviética, eis que se descobre que três dirigentes do Partido Socialista foram afinal coniventes com a invasão de Timor pela Indonésia reaccionária e comunisticida.

-Quando se trata de desconversar, de desviar atenções recorrendo à sua fixação numa notícia de choque, quanto mais insólita ~~esta~~ ela for melhor.

Por isso, decerto, se deixou sem explicação como é que, sendo os meus Camaradas Mário Soares e Jorge Campinos, dois magníficos paisanos, e não tendo eu passado, vai para trinta anos, de inaprumadíssimo alferes, poderia ter existido da nossa parte qualquer ajuda para que a Indonésia fizesse avançar as suas vedetas, os seus tanques e os seus soldados sobre Timor-Leste, já que, até agora, sempre se entendeu que a força só precisa da ajuda da força, a violência do apoio da violência, e o fascismo agressivo da conivência dos fascistas!...

Não pretendo afirmar - nem disso estou convencido - que se trate, no caso, de um facto político a rogo do actual Governo. De todo o modo, elevado seria o preço medido pela desculpabilização dos tradicionais maus da fita (MFA, Fretilin, União Soviética) e da culpabilização do até agora tão exaltado Tenente Coronel Magiolo Gouveia. Afirmo apenas que se tratou, na circunstância, de um facto político à seu benefício.

310/1
12
Isabel

Enquanto se desconversar sobre Timor, não se conversará sobre as nossas lusas amarguras. Quem, tendo para ler o folhetim da conivência de três dirigentes do PS, cuidará de ler os últimos indicadores do comércio externo, que nos vieram revelar que a situação económica do País é muito mais grave do que apesar de tudo se supunha?

Quem vai preocupar-se com essa ninharia de as exportações, no primeiro semestre deste ano, terem diminuido, em termos reais, cerca de 14% em relação a igual período do ano passado?

Quem com o facto de o desemprego continuar, sem combate, a imobilizar e pauperizar 7,5% da população activa?

Quem com o facto de a taxa de inflação já não poder contar-se pelos dedos, incluindo os dos pés, (Risos do PS) sem repetição de nenhum dedo?

Quem com a perspectiva dos 1.800 milhões de dólares do défice da balança de transacções correntes?

Quem com as asfixiantes restrições do crédito e a perspectiva de algumas falências em cadeia?

Já se viu que o Governo - que tanto gosta de falar, sobretudo se o puder fazer na televisão, - não está particularmente interessado em debater estes temas. Segundo ele, toda a gente tem obrigação de saber que a culpa não é da AD e dos seus Governos, mas do preço do petróleo - que últimamente até nem tem subido - da cotação do dólar - mesmo quando as nossas aflições são medidas em dólares - e da seca - mesmo em relação aos departamentos que não metem líquidos, para já não falar nos que sistemàticamente metem água!...

(Risos do PS).

310/1
13/
Isabel

Daí o silêncio do Governo sobre o estado das negociações com o FMI ou a CEE. Ao que parece, as primeiras terão sido adiadas para depois da discussão do Orçamento, sem que se saiba se, nessa altura, vai também ser aprovado o Plano a médio prazo, com novas opções exigidas pelo acordo com o Fundo.

Quanto às negociações com a CEE, estamos habituados à ciclotimia dos governos da AD, que alternam fases de excitação, (e ministério autónomo) com fases de depressão melancólica, (e simples Secretário de Estado) tendo por pano de fundo as oscilações da fé da CIP e da CAP.

Reconheça-se que o ressurrecto caso de Timor, remoçado por novos coeficientes de escândalo, calhou a matar para desviar as atenções de tão graves preocupações e silêncios!

Entretanto, e enquanto se não sabe como pensa o Governo enfrentar a crise económica, o PS e os seus dirigentes não tiveram dúvidas sobre como furar o balão do caso de Timor: um tribunal vai julgar as "provas" que os responsáveis pela "Falsa Reportagem" dizem ter; o País vai julgar as conclusões do "inquérito sobre a descolonização de Timor" que todos sabemos existir. Se a mentira e a calúnia não pararem aí, um inquérito parlamentar será por nós requerido a esta Assembleia. Foi dito, será cumprido.

Confiamos em que um dos três órgãos de soberania a que requeremos a publicação do relatório, por amor à verdade o torne público.

A este respeito, cumpre esclarecer que, ao requerermos a publicação do inquérito, não pretendemos, como é óbvio, exercer ~~qualquer~~ "pressão" sobre as entidades requeridas - o que seria absurdo - mas tão sòmente exercer o direito de petição que a Constituição reconhece a todo e qualquer cidadão. Certamente a pensar em inquéritos cometidos não se sabe a quem, afeitos não se sabe como, porventura ajuizando sobre pessoas que nele não foram ouvidas.

14

Isabel

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Muito bem!

O Orador: — E se se confirmar a notícia, há dias divulgada, de que a sua publicação foi colocada na dependência de uma manisfestação de vontade desta Assembleia, pedimos ao seu Presidente que não deixe de provocar a manifestação dessa vontade. Será inequívoca e antecipadamente afirmativo o sentido do nosso voto. Se for preciso, apresentaremos uma proposta de resolução nesse sentido. E se um dia destes acordarmos um pouco menos bem dispostos, talvez proponhamos também a publicação dos arquivos de Salazar e Tomás e não menos também os arquivos da PIDE.

Aplausos do PS, da UEDS, do MDP/CDE e do Sr. Deputado Vilhena de Carvalho da ASDI.

Bem sabemos: o que em última *ratio* se pretende atingir, são os partidos, é a classe política, é o 25 de Abril e o rio de liberdade e de democracia que desde essa fonte corre. ~~Mas~~

[O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Muito bem!

RADOR: — Mas só a verdade é democrática. Se assim não fosse, seríamos então, como Sócrates, mais amigos da verdade.

E não se duvide: defenderemos o regime democrático com muito mais empenho do que a nós próprios. A descolonização não foi um ponto de partida, mas de chegada. Não uma causa, mas um efeito. O processo não começa em 25 de Abril, mas em 28 de Maio. Se já é chegado o momento de se fazer a história, faça-se inteira: a dos bombeiros e a dos incendiários.

317/h
15
Isabel

A esse respeito, o PS tem tido a prudência de considerar que só aos inimigos do actual regime pode interessar o desvio das atenções dos problemas reais do País para negativos processos de acusação recíproca, no quadro de uma renovada confrontação entre colonialistas e anticolonialistas, belicistas e portugueses de paz, reaccionários e progressistas. Para evitar essa disputa ideológica se fez o 25 de Abril e se instituiu a democracia. Deixemos que seja o Povo a escolher quem é e não é patriota, quem serve e não serve o interesse nacional. Se apesar disso se preferir a bravata, vamos a ela. Não seremos um muro de borracha e muito menos de silêncio. Quem tenta nadar no lodo, acaba por afogar-se nele!

Aplausos do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/C

Bobine n.º 310/1
Folha n.º 16
Isabel

O SR. PRESIDENTE:- Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Barrilaro Ruas.

O SR. BARRILARO RUAS (PPM):- Sr. Deputado Almeida Santos, ouvi com profunda atenção - como aliás é meu costume - as suas palavras e gostaria de fazer uma pergunta a V. Ex.ª, por quem me prezo de ter muita consideração pessoal.

O Sr. Deputado Almeida Santos disse em tempos, numa manifestação pública, quando era responsável por um departamento governamental deste país, que não seria conveniente Portugal deixar lá longe, em terras ou em mares distantes, como que um porta-aviões encalhado a que se chama Timor.

Hoje, passados alguns anos, parece que o Sr. Deputado Almeida Santos, e com ele o seu partido, desperta para o problema de Timor, porque houve um programa, provavelmente incompleto, talvez infeliz, que teve, com certeza, o interesse profundo para Portugal inteiro de chamar a atenção de todos os portugueses para um problema, como foi dito pelo Sr. Deputado Sousa Tavares na sua qualidade de director de "A Capital", de honra nacional.

Não há outros problemas acima deste. Há, com certeza, problemas de grande interesse público para os quais importa que esteja sempre claramente desperta a atenção dos portugueses; contud

Bobine n.º 310/1
Folha n.º 17
Isabel

não há nenhum problema que esteja acima dos problemas da honra nacional.

O SR. PORTUGAL DA SILVEIRA (PPM):- Muito bem!

O ORADOR:- O caso de Timor toca profundamente não apenas nos sentimentos profundos do povo, mas com a razão de ser da nossa história.

Desejava, pois, saber se o Sr. Deputado Almeida Santos se interessa ~~p~~ apenas pelo caso de Timor como ~~um~~ o caso que tem que ver com o seu partido, porque houve a transmissão recente de um programa de televisão focando esse caso, e se o interesse do Partido Socialista, ao exigir, justissimamente, a publicação desse famoso e fantasmagórico relatório de Timor, mandado fazer um dia pelo Sr. General Ramalho Eanes, não na sua qualidade de Presidente da República mas na sua qualidade de Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, é o de que o mesmo seja, enfim, ~~tazzão~~ tornado público e seja um processo para a história nas mãos do único juíz capaz de o entender, de o ler e de o apreciar: o povo português no seu conjunto, sem excluir, evidentemente, o Partido Socialista e o Sr. Deputado Almeida Santos.

O SR. PRESIDENTE:- Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Tavares.

Bobine n.º 310/1
Folha n.º 18
Isabel

O SR. SOUSA TAVARES (PSD):- Sr. Deputado Almeida Santos, abordar o problema de Timor depois da intervenção televisiva feita há dias, é-me extremamente difícil no curto espaço de tempo que me é reservado. Terei provavelmente que fazer dele objec: de uma intervenção mais longa nesta Câmara.

Para já queria reforçar duas ou três ideias que já tive ocasião de as expor por escrito.

Lamento que o Sr. Deputado Almeida Santos tenha trazido toda uma roupagem para abordar o problema de Timor e dos seus sentimentos dignamente feridos pela reportagem que foi feita Tudo o resto é paisagem e, portanto, não me debruçarei sobre ele.

Quando o Sr. Deputado Almeida Santos foi chamado, entre outros, a intervir no caso de Timor os dados do problema estavam lançados, Timor estava perdido e a honra nacional estava perdida e suja.

Estou convencido de que nenhuma responsabilidade cabe ao Sr. Deputado Almeida Santos nem aos outros Ministros socialista. Queria dar este meu testemunho, porque isso é o que sinceramente penso não só sobre o caso de Timor, como, de uma forma geral, sobre o problema da descolonização.

O Tenente-Coronel Melo Antunes, com certeza

Bobine n.º 310/1
Folha n.º 19
Isabel

uma das pessoas responsáveis em todo o processo de descolonização por duas vezes, e em público, disse a órgãos de imprensa - uma vez, numa polémica que teve comigo em "A Capital", outra vez em entrevista ao jornal "Expresso" - que grande responsabilidade tinha cabido na descolonização não predominantemente às forças militares mas a forças políticas que dominavam os órgãos de decisão militar. E inculpou directamente quais eram essas forças políticas. Todos nós sabemos quais eram.

É triste que ~~d~~essa reportagem que foi feita pela Televisão nada dessa responsabilidade tenha ressaltado e que essa responsabilidade tenha sido endossada ao lado, talvêz àqueles que tiveram, nas páores condiçoẽs, de defender aquilo que ainda era possível defender do Portugal perdido e da sua honra estragada.

Não nos podemos esquecer que a revolta de Timor foi fabricada, que o MFA mandou para Timor de propósito elementos para suscitar ~~a~~ uma revolta que não havia; que foi colocada nas condições mais difíceis que podia haver a manutenção da soberania portuguesa que a autoridade portuguesa, representada pelo Governador e ~~pelas~~ pelas forças militares, foi obrigada a fugir, isto é, criou-se ~~o~~ um vazio de poder abriu-se o terreno e criaram-se todas as condições para uma invasã feita pela Indónesia.

Bobine n.º 310/1

Folha n.º 20

Isabel

A responsabilidade fundamental no drama de Timor cabe a quem fabricou essas condições da revolta de Timor que não existia, a quem fabricou uma independência forjada.

Assim, a responsabilidade do caso de Timor é marginal àquilo que nos foi apresentado pela Televisão.

É nesse sentido que condeno aquela reportagem, porque a mesma não foi completa. Ela não nos mostrou as origens da tragédia, não nos mostrou a propaganda que foi feita em Timor para que Timor se transformasse numa tragédia impossível de suster. Essa mesma tragédia pretendeu-se suscitar em Macau; simplesmente aí o Governo chinês impôs um ultimato ao Governo português para que os elementos de desordem que para lá tinham ido saíssem do território ~~em~~ no prazo máximo de 48 horas. Infelizmente, o mesmo não aconteceu em Timor, porque senão a tragédia teria sido evitada.

Não ~~era~~ eram, com certeza, ~~nem~~ os Drs. Almeida Santos, Jorge Campinos ou Mário Soares que a poderiam ter evitado.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS, do PPM e do Sr. Deputado Jorge Miranda da ASDI.

O SR. PRESIDENTE:- Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO (PCP):- Sr. Deputado Almeida Santo

Bobine n.º 310/1
Folha n.º 21
Isabel

em primeiro lugar, pedi a palavra para me associar ao protesto implícito na declaração política do Sr. Deputado Almeida Santos, relativamente ao programa da Televisão sobre Timor e às insinuações caluniosas que nele se continham contra o próprio Sr. Deputado Almeida Santos, e outros deputados do Partido Socialista, e contra vários militares.

Da nossa parte, protestamos também contra essas insinuações cavilosas e caluniosas e, tal como o Partido Socialista desejamos que esta questão possa ser larga e profundamente debatida na Assembleia da República. Muito embora tenhamos sido, ao longo do processo que se seguiu ao 25 de Abril, colocados à margem de todas as estruturas que trataram do processo da descolonização.

Risos da AD.

O SR. NARANA COISSORÓ (CDS):- Boa piada!

O ORADOR:- Talvez isso mesmo também se prove. Vamos ao debate. Da nossa parte, não há nenhum receio nisso. Veremos depois quem ri. Talvez seja oportuno dizer que, a propósito de Timor, quem ri no fim, ri melhor.

Em segundo lugar, gostaria de me referir a uma afirmação completamente infeliz do Sr. Deputado Almeida Santos que traduz, quer queiramos, quer não, o sentimento de mau perder: Quan-

Bobine n.º 310/1
Folha n.º 22
Isabel

do V. Ex.ª diz que os comunistas escondem mal que preferem governos de direita a governos socialistas. Sr. Deputado Almeida Santos, o que é que acontecerá com os socialistas, se formos para esta linha de considerações?

Lembro-me que na crise aguda por que a AD passou no passado mês de Agosto, quando os dirigentes da AD se atacavam uns aos outros na Televisão e quando parecia que a ruptura era fatal, enquanto os comunistas diziam que era necessário outro governo/ com outros dirigentes, que era necessário outro governo à margem da AD, quando apelavam para irmos para eleições gerais, quando diziam "o país tem a palavra, o país que escolha", alguém altamente colocado no Partido Socialista veio à televisão proclamar que ao Governo da AD deve seguir-se outro Governo da AD, que a este governo da direi deve seguir-se outro governo da direita.

Dir-lhe-ia, Sr. Deputado Almeida Santos, que o Parti Socialista, ou pelo menos altos dirigentes do Partido Socialista, nem sequer têm a preocupação de disfarçar que preferem governos da direita.

VOZES DO PCP:- Muito bem!

Devo também dizer-lhe, Sr. Deputado Almeida Santos, que também foi muito infeliz nas suas considerações quando apontou

Bobine n.º 310/1
Folha n.º 23
Isabel

como que um perigo para a democracia a vitória da APU em Loures. Sr. Deputado Almeida Santos, foi assim, com essas concepções, que os senhores perderam quase que metade da vossa votação em Loures. Não é a APU que é um perigo para a democracia ou, pelo menos, o povo português já não o compreende assim. O povo português já tem outra atitude, já tem outra posição, já exige outras reacções e outras posições. É com a APU que se defende a democracia. Portanto, não é só a vossa estratégia em Loures que exige um sério reexame, é também uma parte da sua intervenção.

Aplausos do PCP.

O SR. PRESIDENTE:- Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O SR. MÁRIO TOMÉ (UDP): - Sr. Deputado Almeida Santos, gostaria só de dizer que para a UDP - tal como já aqui ~~[illegible]~~ dissemos e demonstrámos ~~nos~~ várias vezes - o caso de Timor - Leste é claro. Consideramos que a efectiva causa da tragédia de Timor foi o campo que se abriu a pseudo-forças políticas que apareceram em Timor - Leste, apoiadas e fomentadas por aqueles para quem a descolonização sempre foi uma espinha atravessada na garganta, e principalmente uma descolonização que fosse completa e em que o povo da colónia ficasse claramente ~~[illegible]~~ na posse ~~[illegible]~~ da sua soberania e da sua independência.

Bobine n.º 310/1
Folha n.º 24
Isabel

Isto é claro, na medida em que, quer a APODETI, quer a UDT, tiveram campo de manobra, que foi recusado à FRETILIN depois de ela ter vencido, de uma forma esmagadora , as eleições democráticas. Tanto a APODETI como a UDT assumiram as mesmas posições: no fundo requeriam a integração da Indonésia. Foi apoiado nestas duas posições políticas que a própria Indonésia se sentiu encorajada — se é que precisaria de algum encorajamento — para usar do seu poderio colonialista, fascista e expansionista para invadir Timor.

Para a UDP o problema continua a ser o da necessidade de reconhecer aquilo que já é irreversível que ~~á~~ a independência da República Democrática de Timor-Leste, que a FRETILIN foi obrigada a proclamar devido ao golpe reaccionário da UDT, e reconhecer a luta heróica do povo de Timor-Leste.

Estes os parâmetros fundamentais para que a tragédia de Timor-Leste possa começar a ter fim.

O SR. LOPES CARDOSO (UEDS):- Sr. Presidente, eu tinha há pouco pedido a palavra imediatamente a seguir à declaração política do Sr. Deputado Almeida Santos.

Se a Mesa não me poder dar a palavra, prescindo dela.

O SR. PRESIDENTE:- Sr. Deputado Lopes Cardoso, de facto a Mesa não anotou o seu pedido de palavra. Em todo o caso,

Bobine n.º 310/1

Folha n.º 25

Isabel

se deseja pedir esclarecimentos, faça favor.

O SR. LOPES CARDOSO (UEDS):- Sr. Presidente, não é exactamente para pedir esclarecimentos; no entanto, usarei essa fórmula regimental porque é a única que me permite neste momento usar da palavra.

Gostaria de, em nome do meu Grupo Parlamentar e do meu partido, exprimir a minha solidariedade ao Partido Socialista e aos dirigentes do Partido Socialista ~~ela~~ que foram alvo dos ataques no programa transmitido pela Radiotelevisão Portuguesa e associarmo-nos ao protesto expresso pelo Sr. Deputado Almeida Santos e ~~associarmo-nos~~ também ao requerimento feito no sentido de que seja divulgado inquérito sobre o caso de Timor e que sejam ~~tomados~~ tornados públicos todos os elementos para que nos possamos - todos nós e o povo português - pronunciar e ajuizar sobre o que realmente se passou.

O SR. SOUSA TAVARES (PSD):- Peço a palavra, Sr. Presidente, apenas para acrescentar algo que há pouco me esqueci de dizer.

O SR. PRESIDENTE:- Faça favor, Sr. Deputado.

O SR. SOUSA TAVARES (PSD):- Sr. Presidente, queria apenas dizer que o PSD se associa também ao pedido de publicação do relatório de Timor.

O SR. MÁRIO TOMÉ (UDP):- Peço também a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Faça favor, Sr. Deputado.

O SR. MÁRIO TOMÉ (UDP):- Sr. Presidente, queria também dizer que a UDP se associa à exigência da publicação do relatório de Timor, embora levante à partida, como é natural, reservas em relação ao próprio relatório, porque, vindo ele de onde vem, não nos merece total confiança. No entanto, não só este relatório como tantos outros que para aí andam, deviam ser publicados.

O SR. OLIVEIRA DIAS (CDS):- Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Faça favor, Sr. Deputado.

O SR. OLIVEIRA DIAS (CDS):- Sr. Presidente, peço muito desculpa - o meu uso de palavra é pararegimental - mas V. Ex.ª, Sr. Presidente, compreenderá que nesta situação não posso deixar de, pela parte do Grupo Parlamentar do CDS, afirmar que desejamos com o todo o empenho que sejam publicados os relatórios acerca do caso de Timor.

VOZES DO CDS:- Muito bem!

O SR. PRESIDENTE:- Finalmente, para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Santos.

Bobina n.º 312/313
Folha n.º 1
Kikas/Fátima

O SR. ALMEIDA SANTOS (PS): - Sr. Presidente, Srs. Deputados: Agradeço as perguntas que me foram feitas porque, tendo eu lido a correr um texto que necessariamente seria mais longo se tivesse mais tempo, acabaram por me dar um pouco mais de tempo. Portanto agradeço-vos essa dádiva.

O Sr. Deputado Barrilaro Ruas perguntou-me se apenas hoje nos preocupámos com o problema de Timor e se o fazemos por uma questão de interesse do PS, perguntando-me ainda se já ultrapassei a fase em que terei feito a afirmação de que não seria conveniente deixar um porta-aviões encalhado a que se chama Timor.

Mas, Sr. Deputado Barrilaro Ruas, a minha afirmação não foi rigorosamente esta e poderá confirmá-la, porque se encontra publicada na reprodução de uma "Mesa redonda" de que fiz parte.

Essa afirmação foi feita antes de eu conhecer Timor. Ela não é como o Sr. Deputado a reproduziu, é bastante diferente. E cito-a de memória: "E no caso de Timor - depois de ter falado das várias colónias e de ter dito também que Macau não seria considerada uma colónia para efeitos de descolonização

Bobine n.º ....

Folha n.º 2.......

- eu não gostaria que o saldo do nosso "império colonial" viesse a ser um porta-aviões imóvel e caro no outro lado da Terra". Foi mais ou menos esta a frase, de que muitas vezes me arrependi, apesar de ela não ter a gravidade que o Sr. Deputado lhe emprestou, porque foi uma frase que saiu, não foi meditada, foi no decurso de uma conversa. É uma frase que tem um certo coeficiente literário, mas que tinha o significado de que não tinha lógica, depois de descolonizarmos todas as colónias, deixarmos como colónia, sem lhe mexer, tal como estava, Timor. Era o significado que a frase tinha à data. Muitas vezes me arrependi disso... Aliás devo dizer ao Sr. Deputado que é a única frase que eu hoje, em consciência, retiraria das que afirmei e que publiquei em livro se tivesse que reproduzir hoje, com juízes actuais, tudo aquilo que afirmei, embora repetindo-se o condicionalismo em que o fiz.

Quando conheci Timor, verifiquei que essa frase poderia ser injusta e creio que o país estará recordado de que nessa altura eu fui acusado - mesmo lá em Timor - de à chegada usar uma linguagem que já não se usava, démodée, em que exaltava o portuguesismo dos timorenses e em que me mostrava profundamente impressionado pela mais ~~da~~ que idolatria da bandeira; ~~mas é~~ pela "religião" da bandeira portuguesa.

Fui julgado lá - não lhe vou dizer agora aqui por quem, ainda não chegou talvez a hora disso - e fui também julgado aqui como sentimental, como démodé, como indivíduo que afinal de contas foi a Timor e veio de lá um pouco piegas.

A verdade é que o portuguesismo que ~~eu~~ verifiquei na população de Timor foi um portuguesismo que me tocou profundamente. Por isso é muito injusto que se diga que eu afirmei na ONU, quando fui fazer uma declaração à Assembleia Geral da ONU sobre a descolonização — e isso diz-se no programa — que apenas havia duas soluções: a integração na Indonésia e a integração em Portugal.

Ora a minha declaração ~~é~~ foi bem outra. (Eu disse: há três partidos em Timor, um defende a integração na Indonésia, outro defende uma forma de ligação a Portugal e outro defende a independência tout count. Entendia que Timor não ~~tem~~ tinha o menor interesse em trocar um descolonizador por outro e por isso coloquei fora de hipóteses a integração na Indonésia); Eu

Bobine n.º............

Folha n.º 4......

tendo que ainda não ~~tem~~ tinha condições económicas e sociais para o autogoverno e a independência e, portanto, apontei para a necessidade de se enveredar pelo terceiro caminho.

Veja o Sr. Deputado com que amargura se ouve na Televisão um programa em que estas afirmações, que estão publicadas em livro por mim, são traduzidas nestes termos: "Foi à ONU dizer que só há duas soluções: ou a integração na Indonésia ou a Integração em Portugal", porque era esta a versão que convinha obviamente à ideia de que nós fomos coniventes com a intervenção na Indonésia.

Não, Sr. Deputado Barrilaro Ruas. Penso que me deve a homenagem, porque nos conhecemos e eu tenho-lhe rendido algumas, de supor que não é apenas por interesse partidário que agora, como diz, acordamos para o "Caso Timor". Não acordamos agora para o "Caso Timor".

Se alguém nunca esteve a dormir em relação ao "Caso Timor" fui eu próprio e já lhe farei um breve resumo que justifica esta afirmação, e também o meu partido, que muitas vezes tomou posição clara nesse sentido e também os antifascistas, como sabe, entre os quais se conta o irmão do nosso camarada

Cal Brandão que morreu recentemente cheio de mágoa, sem lhe ter sido feita a justiça de ter sido um combatente pela liberdade dos timorenses, quando o Presidente Salazar mostrou muito menos empenho em defender Timor do que na verdade eu próprio mostrei quando tive oportunidade de sobre isso me pronunciar.

Aplausos do PS, do PCP, do PPM, da ASDI, do MDP/CDE e de alguns deputados da PSD.

Estou de acordo em que de algum modo se joga em Timor a honra nacional. Estou de acordo com isso. Estou de acordo que de algum modo em alguns aspectos da descolonização se jogou (a honra nacional,) mas quero dizer-lhe que a honra nacional foi muito mais jogada nos aspectos odiosos do colonialismo e da guerra - não falemos agora nisso.-, tal como lhe quero dizer que a descolonização, com todos os seus erros e pela maneira limitada e difícil em que teve de processar-se, foi, apesar de tudo, um acréscimo de honra para Portugal, não obstante eu esteja de acordo que em aspectos pontuais não temos nada que nos vangloriar dela.

Aplausos do PS, do PCP, da ASDI, da UEDS e DO MDP/CDE.

Sr. Deputado Sousa Tavres, não esperava de si outra coisa que não fossem as palavras que proferiu; a solidariedade implícita que há naquilo que afirmou.

Quero em todo o caso dizer-lhe o seguinte: o Sr. Deputado disse que compreendia a roupagem de que se revestiu a minha intervenção e falou nos meus sentimentos feridos. Tem razão para falar nos meus sentimentos feridos e devo dizer-lhe porquê. É porque quando se deu a guerra de Timor eu já nem sequer era Ministro da Coordenação Interterritorial porque tinha pedido a demissão do IV Governo. Estávamos em pleno V Governo.

Apesar disso, quando rebentou a guerra em Timor, estava eu a gozar pela primeira vez, ao fim de muitos anos, umas férias com a família, recebi um telefonema do Presidente da República que me disse: "Almeida Santos, você tem que interromper as suas férias e ir imediatamente à América, à ONU, e a Timor". E eu respondi-lhe: "Mas, pelo amor de Deus eu já estou fora disso. Então para isso é que eu pedi a demissão... Estou a gozar pela primeira vez umas férias..." E ele diz-me: "Pois é, mas tem que ser você!".

E eu sacrifiquei as minhas férias... Portanto, sabia que ia enfrentar dificuldades enormes. Pedi-lhe uma credencial com plenos poderes, porque não queria poderes limitados. Levei plenos poderes para encarar o problema e fui à ONU tentar reunir o Conselho de Segurança. Falei com o Secretário-Geral Kurt Waldheim e com o Presidente Salim-Salim do Comité dos Vinte e Quatro.

Ambos me disseram que não tentasse, de maneira nenhuma, conseguir uma resolução em tempo útil, porque o regime dos blocos que se defrontam naqueles dois organismos paralizaria de certeza qualquer decisão, fosse ela qual fosse e sobretudo uma decisão a tempo de poder ser útil.

Perguntei-lhe então se poderia contar com a participação da ONU num exército de paz que se constituísse com a nossa participação, da Austrália, da Nova Zelândia e ~~evidentemente~~ eventualmente da Indonésia, uma vez que, como sabe, era o país mais preocupado com os equilíbrios estratégicos da área.

Disse-me: "Sim, em princípio pode contar, mas sem compromisso".

E eu cheguei à Indonésia, que me recebeu como a um grande "Elias". Todas as honras à chegada. Grandes títu los nos jornais, como este: "Chega Almeida Santos com plenos poderes".

E disseram-me: "Você tem que nos autorizar a entrar militarmente em Timor, porque queremos estabelecer a paz. Não queremos regimes comunistas aqui na região. Já tivemos problemas que chegaram com os comunistas".

Como os Srs. Deputados sabem, houve uma chacina de comunistas na Indonésia. E disse-lhe: "Não, de maneira nenhuma porque vocês entram e ficam lá.

Vocês não vão para fazer a paz, vocês vão para anexar Timor, porque nós sabemos bem que essa é uma das hipóteses que vocês põem, embora oficialmente sempre digam que não". E eu disse isto com esta frontalidade!

E continuei: "Mas contraproponho a constituição de um exército de paz de que vocês farão parte, com a participação da ONU, de soldados portugueses, da Austrália e da Nova Zelândia, ou até só da Austrália".

Aí eles responderam-me: "Não, de modo nenhum. Isso não nos interessa. Quando muito aceitaríamos nós, vocês e as Filipinas". E eu disse-lhes que não, que não pensassem nisso.

Bobine n.º ....
Folha n.º 9

A partir daí passei a ser hostilizadíssimo na Indonésia e até cheguei a recear pela minha segurança.

Podem ler-se os jornais da época em que eu sou chamado de tudo: ~~sou chamado~~ de aldrabão, de mentiroso, de responsável pela guerra em Timor, por não se fazer a paz em Timor, por tudo!

Depois disso, passei a ter as maiores dificuldades em me deslocar para a Austrália, onde fui, de que ~~porque~~ também não quis participar na constituição de um exército de paz por razões que na altura tive de compreender, isto é, por equilíbrios estratégicos e políticos da área. Não compreendi, com um sorriso muito agradável, mas com um sor- [illegible] riso amarelo.

Eu dependia da Austrália para me deslocar a Ataúro, onde se encontravam já nessa alutra, digamos, refugiadas as nossas Forças Armadas, aliás em pequeno número. E ninguém poderia esperar que aquelas Forças Armadas pudessem de alguma maneira fazer alguma bravata que se parecesse com o fazer bater o pé à Indonésia, Forças Armadas aliás, muito desmoralizadas que não compreendiam porque é que estavam ali se já não tinham mais nenhuma missão que não fosse estarem só ali.

Inclusivamente tive que assumir a responsabilidade, junto d Governador Lemos Pires de ambos contratámos um barco que estava estacionado em frente da ilha para dar uma certa tranq lidade, direi, a todos nós, porque tínhamos assim a certeza de que em qualquer momento, se fosse necessário, poderíamos sa da ilha, o que de outro modo não seria possível.

A Indonésia apreendeu o único avião que tínhamos e prendeu o único aviador que tínhamos para me colocar na dependência dos transportes da Indonésia e da Austrália.

Prometiam ir bucar-me num dia e por vezes s iam buscar-me quatro ou cinco dias depois.

Viajei em cargueiros, em cima de sacos de r lho e de cereal.

Apesar disso consegui pôr-me em contacto pel rádio com a FRETILIN e dizer-lhes: "Acabem a guerra e dêem-nos os prisioneiros que aí têm, porque vocês vão ser víti de uma invasão indonésia. A Indonésia não vai consentir qu vocês instalem aí um regime.

Portanto aceitem a descolonização tal como

111

Bobine n.º ....
Folha n.º 28

passa como gato sobre brasas no Acordo de Macau, que previa, como sabem e talvez estejam lembrados, um acordo de descolonização que previa a eleição a la longue de uma Assembleia Constituinte, com poderes para decretar ou a independência de Timor, ou a integração em Portugal com salvaguarda de laços de cooperação com Portugal, como tudo indicava que viria a acontecer.

Era uma descolonização que no conjunto se processaria no decurso de uns seis anos - não me lembro agora rigorosamente. Mas o programa não fala nisso, ou passa como gato sobre brasas por cima desse facto.

Esse processo de descolonização não pôde vir a ser executado exactamente pelo deflagrar do conflito de Timor, conflito que veio a ser deflagrado por iniciativa - e nesse aspecto o programa é verdadeiro - do agrupamento que era mais favorável à salvaguarda de ligações a Portugal e que ao desencadear as hostilidades se propunha, pura e simplmente, eliminar exactamente a liderança da FRETILIN para poder fazer uma política de ligação a Portugal.

Isso explica a atitude, em muitos títulos condenável, do Tenente-Coronel Maggiolo Gouveia. No meu espíri

112

Bobine n.º ....
Folha n.º 32

to isso explica em grande medida a atitude do Coronel Lemos Pires A UDT desencadeou a tempestade, mas a FRETILIN tinha o controle das Forças Armadas timorenses que eram a maioria das forças armadas da ilha, tinha o controle dos armamentos e dos explosivos, das munições e quando a UDT der por si tinha perdido a guerra e o próprio Lemos Pires não tinha armas nem munições para poder fazer uma intervenção, penso eu, eficaz, a menos que na verdade tiveesse podido tomar uma atitude quase milagrosa de intervir no fogo cruzado e resolver o conflito. Talvez fosse possível, por vezes é po sível. ~~porque~~ Uma vez, em Angola, atravessei Luanda com fogo cruzado e deparei com um Coronel que andava a resolver probl mas locais à bofetada e não andava armado. Esse homem não se onde está, mas sei que era Coronel e se que chamava Almendra e ai da hoje lhe rendo aqui a minha homenagem.

Mas continuando, o conflito deflagrou e quando eu ~~me~~ encontra va na ilha de Ataúro consegui que a FRETILIN nos entragasse vinte e três prisioneiros que trouxe comigo, facto que o programa oculta. Não consegui obviamente trazer os vinte e três prisioneiros que estavam em poder da Indonésia, porque eu tinha perdido o diálogo com ela, era insultado por ela e a Indonésia queria transformar esses prisioneiros em capital de troca para que viesse mais tarde a obter de nós qualquer espécie de assentimento para poder entrar em Timor. Não o ~~[illegible]~~ obteve e quando um ano depois foram entregues ao General Morais e Silva esses prisioneiros já não eram precisos como moeda de troca, eram um empecilho, e por isso foram entregues ao General Morais e Silva, penso eu, sem grande resistência da parte da Indonésia. É minha convicção que tenha sido assim, porque na altura, digamos, já não prestavam para nada no jogo dos interesses da Indonésia.

Agora veja o Sr. Deputado Sousa Tavares se efectivamente não se pode falar com verdade em sentimentos feridos quando eu vejo esta missão, em que corri graves riscos de segurança pessoal, sozinho lá no Extremo Oriente, como imagina, sem ninguém a proteger-me as costas, ~~[illegible]~~ resumida à notícia "Almeida Santos - sem sequer se dizer que eu já nem ~~sequer~~ era Ministro da Coordenação Interterritorial - vai a Djakarta e diz para Lisboa em telegrama que a ~~[illegible]~~ Indonésia pede autorização para intervir em Timor, tout court".

Deixo ao vosso juízo o mérito deste programa

Bobine n.º ....
Folha n.º 14

a honestidade dos responsáveis por ele e as intenções que possam estar por / trás de programas como este, porque nenhum dos Srs. Deputados está livre de amanhã ser vítima de atitudes como estas.

VOZES DO PS: - Muito bem!

O Sr. Deputado Carlos Brito, antes de mais solidarizou-se com o meu protesto, o que lhe agradeço, e depois disse que eu proferi duas afirmações infelizes: uma, teria sido a de que os comunistas ou os partidos comunistas de um modo geral disfarçam mal // que preferem no Governo a direita aos socialistas.

Sr. Deputado Carlos Brito, em termos eleitorais, obviamente era assim que eu queria significar, é essa a minha convicção. Se por acaso fui injusto para o seu partido não me custa retirar a afirmação, mas não posso apagar a convicção.

Em termos eleitorais a evidência parece-me essa. Se estiverem socialistas no governo resolverão os problemas sociais, resolverão os problemas económicos, promoverão a justiça social, porque são um partido de trabalhadores e porque são um partido que promove, tanto quanto possível, Bobine n.º ....

Folha n.º 5

se estiver do seu alcance, a justiça social.

É óbvio que o capital de queixa que um partido comunista pode retirar de uma governação capitalista, de uma governação à direita não é a mesma do que se estiver no no governo um governo socialista. Era esse o conteúdo da minha afirmação e nesse sentido a mantenho. Seria hipócrita se a não reafirmasse, mas se de facto isso vos ofende não faço questão em manter a afirmação.

Perguntou depois o que é que acontece connosco. Bom, ns acontece algo diferente a ajuizar pelo exemplo que o Sr. Deputado Carlos Brito deu. Disse: "Quando quiseram eleições gerais ~~nós fomos~~ foram à TV e ~~dissemos~~ disseram que queríam~~os~~ outro governo de direita". Não foi esta a nossa afirmação obviamente nem esse o seu significado e conteúdo.

O que nós dissemos foi que tendo a AD legitimidade formal para governar devia governar. Fizêmo-lo por amor da democracia e não por amor de nenhuma aliança com a AD nem por nenhuma espécie de solidariedade com a AD, como natura~~nete~~mente se calcula e a própria AD não tem ilusões a esse respeito.

Portanto, não se diga que tivemos a preocupa-

Bobine n.º...........
Folha n.º 16

ção de disfarçar, porque nós fomos muito claros: dissemos que entendíamos que a AD continuava a ter legitimidade formal para governar e que em democracia deve governar quem tem legitimidade para fazê-lo. Só isto! E não vale a pena tirar daqui nenhuma espécie de outras conclusões, porque não cabem nisto.

Também ainda há pouco o Sr. Deputado Octávio Pato fez uma afirmação de que nós em Loures fizemos alianças com a direita. Não queremos voltar a isso, mas sempre lhe digo que não fizemos nenhuma aliança.

Recentemente numa deliberação do órgão máximo nacional do nosso partido decidimos concorrer isoladamente às próximas eleições. É talvez o momento de o Partido Comunista pôr de lado a ênfase com que realça esse argumento.

O SR. CARLOS BRITO (PCP): - Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O ORADOR: - Faça favor.

O SR. CARLOS BRITO (PCP): - Sr. Deputado Almeida Santos, vai reconhecer que ao menos pequenas alianças fizeram.

Bobine n.º ....

Folha n.º 36

O ORADOR: - Já me contentava que o Partido Comunista sempre que fala em alianças dissesse que são pequenas e ~~iguais~~ quais, mas não tem tido esse escrúpulo e talvez isso é que torne grave a vossa afirmação.

O SR. CARLOS BRITO(PCP): - Então vamos a isso, Sr. Deputado.

Dou-lhe dois exemplos: primeiro a própria, queda da Câmara é ~~caminada~~ combinada entre o PS e o PSD; segundo, a constituição da Comissão Administrativa.

Como é que se explica que a APU seja excluída de qualquer pelouro, se não por uma combinação? Isto ~~era~~ porque ~~sendo se para mais~~ se tratava da força mais votada no concelho, com mais confiança no concelho e que para mais é a força que depois volta a ser mais votada...

Algumas alianças houve, não acha, Sr. Deputado?

O ORADOR: - Sr. Deputado, da mesma maneira que se compreende, embora mal, que os senhores se tenham aliado com a direita para derrubar o I Governo Constitucional.

Risos.

O SR. PRESIDENTE: - Sr. Deputado Almeida San

118

Bobine n.º..........

Folha n.º 13

tos, uma vez que já está a usar tempo de que não dispunha, peço-lhe que termine com a máxima brevidade.

O ORADOR: - Agradeço a solidariedade da UEDS e do Sr. Deputado Lopes Cardoso não esperava outra coisa e estou muito feliz por quase todos os partidos até agora se terem pronunciado no sentido de que esta Assembleia deve aprovar uma resolução com o objectivo da publicação do "Relatório de Timor". Acabemos com os falsos mistérios.

Muito provavelmente esse inquérito estará na base do programa da TV, o que põe o problema de saber quem é que o forneceu, quem o divulgou antes de o divulgar.

Estamos serenos, a nossa consciência está tranquila, quer individualmente, quer enquanto partido. Até o meu camarada Mário Soares só com uma grande calçadeira é que se pode meter no "Processo ~~da~~ Timor". Não teve absolutamente nada a ver com o "Processo Timor", acontecendo o mesmo co o meu camarada Jorge Campinos.

Eu, sim, tive a ver com o "Processo Timor". Não tenho complexos a esse respeito, orgulho-me muito da minha actuação em relação ao "Caso Timor" e, tirando a tal frase infeliz a que há pouco me referi, mas que não tem apesar de tudo a gravidade que lhe deu o Sr. Deputado Barritaro Ruas , adreditem, Srs. Deputados, que se de alguma coisa me ongulho do que fiz na vida foi da minha actuação no "C so Timor".

Apalusos do PS, da ASDI, da UEDS e de algurs deputados da PSD.

O SR. PRESIDENTE:-Srs. Deputados, faremos agora muito rapidamente ~~um~~a apreciação de dois relatórios da Comissão de Regimento e Mandatos, finda a qual interromperemos os trabalhos para o intervalo regimental.

Tem a palavra o Sr. Deputado Valdemar Alves para ler um dos relatórios.

Bobine n.º............

Folha n.º ...